

PF colabora com CPI da Saúde

CECÍLIA BRANDIM

DA EQUIPE DO CORREIO

Em pouco mais de dois meses de investigações, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) aberta na Câmara Legislativa para apurar irregularidades na Secretaria de Saúde do DF identificou que houve, no mínimo, má gestão administrativa no período em que o ex-secretário Arnaldo Bernardino estava à frente da pasta. Após ouvir 54 depoimentos, os cinco deputados distritais que integram a comissão estão cada vez mais convencidos de que houve favorecimento ao Hospital Santa Juliana, em Samambaia, pela Secretaria de Saúde. A CPI apura denúncias de que 98,63% das internações em UTIs particulares em 2004 pagas com recursos públicos foram feitas no Santa Juliana. O dado é do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus). "Flagrantemente, houve má gestão administrativa. Ou isso, ou as irregularidades eram feitas de propósito", garante a presidente da CPI, deputada Eliana Pedrosa (PFL).

Como o caso do Hospital Santa Juliana envolve recursos da União, a Polícia Federal também quer saber qual o envolvimento de Bernardino com a unidade de saúde. Até o final desta semana, a Justiça deve autorizar a quebra do sigilo bancário do ex-secretário, pedido há duas semanas. Os técnicos do Denasus que elaboraram o relatório sobre o pagamento das internações foram interrogados por investigadores federais. Após a análise das informações, Bernardino será intimado a depor. "Eu confio mais na Polícia Federal. Sempre estive à disposição, estou aberto às investigações. Mas desde o início, a CPI teve uma conotação política", criticou o ex-secretário. Os deputados distritais também pediram a abertura do sigilo bancário, mas ainda não obtiveram autorização. Hoje, outras quatro pessoas falarão aos deputados na Câmara Legislativa.

Na lista de convocados, estão o ex-subsecretário de Apoio Operacional, Aldery Silveira Júnior, e sua ex-assessora, Maria de Fátima Assis Rolim, responsáveis pela instrução de processos de contratação de serviços. Depõem ainda, o ex-subsecretário de Planejamento da secretaria, Clayton Camargos, que cuidava do credenciamento e das contratações de serviços complementares ao SUS, e Wilson Ferreira, sócio da Promédica, hospital que mantinha relações comerciais com outra instituição médica, o Centro Médico de Planaltina (Cemep), do qual Bernardino era sócio.

Falhas nos pagamentos

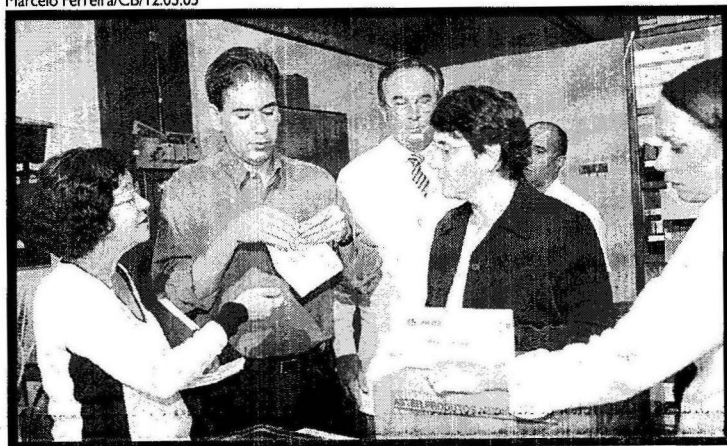
Depoimentos anteriores revelaram que ocorreram falhas na tramitação dos processos para pagamento ao Santa Juliana. Pelo menos cinco servidores da Secretaria de Saúde confirmaram que

Marcelo Ferreira/CB/05.05.05



HOSPITAL SANTA JULIANA, EM SAMAMBAIA: INSTITUIÇÃO CONCENTROU 98,6% DOS RECURSOS APLICADOS PARA INTERNAÇÃO EM UTIs PARTICULARES NO ANO PASSADO

Marcelo Ferreira/CB/12.05.05



DEPUTADOS EM VISITA AO HRT: PROBLEMAS NA ADMINISTRAÇÃO DOS REMÉDIOS

BALANÇO

- ✓ 76 dias de investigação
- ✓ 54 depoimentos abertos
- ✓ 5 depoimentos fechados
- ✓ 4 diligências em hospitais
- ✓ 19 perícias
- ✓ 9 reuniões ordinárias
- ✓ 6 reuniões extraordinárias
- ✓ 201 processos em análise
- ✓ 314 pedidos de informações
- ✓ 42.900 documentos copiados
- ✓ 6 meses é o prazo previsto para conclusão dos trabalhos

o próprio hospital fixava os valores a serem pagos pelos serviços, ignorando a avaliação do poder público sobre o custo dos atendimentos. Em diversos casos, o total do repasse recomendado pelos auditores e médicos da secretaria estava abaixo do que foi realmente pago.

Durante mais de dois anos, a contratação de leitos na UTI particular foi feita com dispensa de

licitação, com a justificativa de que não apareceram interessados no edital de 2002. "Além disso, o hospital não tinha sequer credenciamento com a Secretaria de Saúde", afirma Eliana Pedrosa. "Se os outros hospitais soubessem que o pagamento seria feito com o preço de mercado, teriam se candidatado", acrescenta.

Para o Ministério Público do Distrito Federal, o caso Santa Ju-

liana tem indícios suficientes de irregularidades. "O que já se tem é um conjunto de provas muito rico e consistente, no sentido de que havia mesmo um esquema de beneficiamento ao Santa Juliana na compra de leitos de UTI", avalia o promotor Jairo Bisol, da Promotoria de Defesa da Saúde (Prosus). "E que o secretário tinha ciência das denúncias, não há como duvidar", garante.

Outros hospitais

Para a Prosus, o que ainda não ficou comprovado é se o ex-secretário se beneficiava diretamente do suposto esquema de favorecimento. A irmã de Bernardino, Adaíza Alves de Moura, é a diretora-financeira do hospital, que pertence à família de um ex-assessor do ex-secretário. "A única maneira de comprovar esse tipo de participação será com a quebra dos sigilos dele", aponta Bisol. O MPDF vai aguardar o término das apurações da CPI, que já reuniu mais de 40 mil documentos, para mover qualquer tipo de ação.

No centro das investigações, também está o Hospital de Samambaia. Adquirido em dezembro de 2002, o hospital foi desativado por falta de pessoal, segundo a comissão. Uma compra de R\$ 4,9 milhões em equipamentos e móveis para o hospital não foi incorporada ao patrimônio da Secretaria de Saúde. "Pelas informações que tivemos, não sabemos onde isso tudo foi parar", comentou a presidente da CPI. O Hospital Regional de Taguatinga também virou alvo da CPI. Remédios saíam da farmácia do hospital e eram repassados a instituições privadas, inclusive o Santa Juliana.